

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 1 / 059

Sumário

Acesse as páginas correspondentes ao seu município com apenas um clique!

PREFEIT.....

Municípios

Prefeitura Municipal de Ampére	2
Prefeitura Municipal de Barracão	4
Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	8
Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste	49
Prefeitura Municipal de Palmas	56
Prefeitura Municipal de São João	57
Prefeitura Municipal de Verê	58

Associações

Arss	59
------------	----

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE

EXTRATO DE DIÁRIA - Lei nº 2235/2024.

Servidor: Edelmir Francisco Pagno,
Matrícula: 1687
Quantidade: 01(uma) diária.
Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: GUARAPUAVA-PR
Motivo transporte pacientes
Data e hora de saída: 16/07/2025 às 04h00
Data e hora de retorno: 17/07/2025 às 05h00
Veículo: TAT-8F44
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DIÁRIA - Lei nº 2235/2024.

Servidor: Elissandro Marcos Delani,
Matrícula: 2365
Quantidade: 01(uma) diária.
Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: GUARAPUAVA-PR
Motivo transporte paciente
Data e hora de saída: 16/07/2025 às 04:00hrs
Data e hora de retorno: 17/07/2025 às 05:00hrs
Veículo: SFL4A92
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DIÁRIA - Lei nº 2235/2024.

Servidor: Ivan Cezar Furlan,
Matrícula: 082
Quantidade: 02(duas) diárias.
Valor Total: 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: CURITIBA-PR
Motivo: Curso de Capacitação ROIS de Radiodiagnostico
Data e hora de saída: 21/07/2025 às 13h00
Data e hora de retorno: 23/07/2025 às 17h00
Veículo: FUZ-0D35
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DIÁRIA - Lei nº 2235/2024.

Servidor: Octávio Mazzuco,
Matrícula: 1693
Quantidade: 01(uma) diária.
Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: UNIÃO DA VITÓRIA-PR
Motivo transporte paciente
Data e hora de saída: 16/07/2025 às 04h00
Data e hora de retorno: 17/07/2025 às 05h00
Veículo: SDW-1E08
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

EXTRATO DE DIÁRIA - Lei nº 2235/2024.

Servidor: Paulo Valdair Cortes,
Matrícula: 1694
Quantidade: 02(duas) diárias.
Valor Total: 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: PONTA GROSSA E TELÊMACO BORBA-PR
Motivo transporte paciente
Data e hora de saída: 17/07/2025 às 09h00
Data e hora de retorno: 19/07/2025 às 10h00
Veículo: SEE-6E93
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE



Prefeitura de Ampére
União e Progresso

ADM 2025-2028

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2025 ATA 02

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 08h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Ampére, Estado do Paraná, situada na Rua Maringá, nº 279, reuniram-se os membros da Comissão de Credenciamento, designados nos termos do Edital nº 08/2025, para análise das documentações complementares das empresas interessadas no Credenciamento de Instituições Financeiras para prestação de serviços bancários do recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais para atender a demanda da Secretaria de Finanças e departamento de Tributação do Município de Ampére. Devidamente publicado o edital de chamamento público, no dia 04 de junho de 2025 no Diário Oficial do Paraná e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná e disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Ampére www.ampere.pr.gov.br.
BANCO BRADESCO S.A., inscrita sob o CNPJ nº 60.746.948/0001-12, informou que a certidão POSITIVA apresentada referente ao item 2.3 do ANEXO I - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado, na página 03 possui anotação PGE de positiva com efeito de negativa, desta forma o documento apresentado cumpre o solicitado em edital.
Regularizou sua situação referente ao item 2.5 do ANEXO I - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), apresentado certidão com validade até 20/07/2025. Desta forma a licitante fica habilitada para o credenciamento, sendo que a mesma apresentou requerimento de credenciamento para os itens 03, 04, 05.
COOPERATIVA DE CREDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP, inscrita sob o CNPJ nº 82.527.557/0001-40, A licitante regularizou sua situação referente a certidão item 2.5 do ANEXO I - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), apresentando certidão válida até 25/07/2025. Referente ao requerimento de credenciamento para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, refaz o mesmo conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II. Desta forma a licitante fica habilitada para o credenciamento.
COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB VALE SUL, inscrita sob o CNPJ nº 02.466.552/0001-15, A licitante regularizou sua situação referente a certidão item 2.5 do ANEXO I - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), apresentando certidão válida até 25/07/2025, assim como o item 2.4 do ANEXO I - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado, referente ao Município de Francisco Beltrão.
Desta forma a licitante fica habilitada para o credenciamento, sendo que a mesma apresentou requerimento de credenciamento para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07.
Decorrido o prazo de apresentação de recursos, sanadas todas pendências apontadas na ata 01, ficam credenciados para o chamamento os seguintes licitantes:
1. BANCO DO BRASIL S.A., inscrita sob o CNPJ nº 00.000.000/0001-91.
2. BANCO BRADESCO S.A., inscrita sob o CNPJ nº 60.746.948/0001-12.
3. COOPERATIVA DE CREDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP, inscrita sob o CNPJ nº 82.527.557/0001-40.
4. COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB VALE SUL, inscrita sob o CNPJ nº 02.466.552/0001-15.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão.
Ampére - PR, 16 de julho de 2025.

TIAGO GODINHO BEBER
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ADRIANO CAMERA RADAELLI
Apoio

MARISA APARECIDA ZANIN MORAES
Apoio

Rua Maringá, 279 – Centro – Fone: (46) 3547-1122 – CEP 85.640-000 Ampére - Paraná
CNPJ: 77.817.064/0001-79 – <http://www.ampere.pr.gov.br> – Email: adm@ampere.pr.gov.br

Cod450637

Cod450639



Prefeitura de Ampére

União e Progresso

ADM 2025-2028

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 08/2025 ATA 03

Objeto: Credenciamento de Instituições Financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais para atender a demanda da Secretaria de Finanças e departamento de Tributação do Município de Ampére.

Na data de dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, após encaminhada ata 02 para todos os credenciados e para a divisão de tributação e fiscalização, o mesmo se manifestou referente ao o item 1.5 do termo de referência. Com relação ao item 7, será disponibilizado o recebimento via QRCode para apenas uma instituição financeira credenciada, escolhida pela administração pública, tendo em vista que o QRCode deve ser vinculado ao convênio de arrecadação FEBRABAN com registro e retorno específico do carnê, impossibilitando mais do que uma instituição financeira no mesmo QRCode e/ou mais do que um QRCode por guia de arrecadação.

Decisão: Tendo em vista, que atualmente já possuímos o formato de recebimento por QRCode, que o mesmo vem sendo operado de maneira satisfatória, sem problemas técnicos e já a alguns anos, que a mesma instituição que atualmente opera este serviço de recebimento de acordo com a Ata de Credenciamento está apta e solicitou credenciamento para este item, esta municipalidade decide por manter o recebimento do item 7 deste Edital com esta mesma instituição, ou seja, Banco do Brasil, para o bom andamento dos serviços.

Ficam credenciadas para prestação de serviços as seguintes instituições:
BANCO DO BRASIL S.A., inscrito sob o CNPJ nº 00.000.00/0001-91, habilitada e credenciada para os itens 02, 03, 04, 05 e 07.
BANCO BRADESCO S.A., inscrito sob o CNPJ nº 60.746.948/0001-12, habilitada e credenciada para os itens 03, 04, 05.

COOPERATIVA DE CREDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO FRONTEIRAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP, inscrito sob o CNPJ nº 82.527.557/0001-40, habilitada e credenciada para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06.
COOPERATIVA DE CREDITO SICOOR VALE SUL, inscrita sob o CNPJ nº 02.466.552/0001-15, habilitada e credenciada para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão.
Ampére - PR, 16 de julho de 2025.

TIAGO GODINHO BEBER
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ADRIANO CAMERA RADAELLI
Apoio

MARISA APARECIDA ZANIN MORAES
Apoio

Rua Maringá, 279 – Centro – Fone: (46) 3547-1122 – CEP 85.640-000 Ampére - Paraná
CNPJ: 77.817.054/0001-79 – <http://www.ampere.pr.gov.br> – Email: adm@ampere.pr.gov.br

Cod450638

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 4 / 059

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº <u>399</u>	
Nome: <u>Pricila M. M. Bertagnolli</u>	CPF: <u>045466029-44</u>
Cargo ou função: <u>Enfermeira</u>	Matrícula: <u>1473</u>
Órgão de Lotação: <u>Secretaria de Saúde</u>	
Conta Bancária: <u>C.E. 2896 C.c</u>	
Acompanhantes: <u>P.M.M.B.</u>	

DADOS DA VIAGEM	
Data: saída dia <u>03/07/2025</u> às <u>04:00</u> e retorno dia <u>04/07/2025</u> às <u>17:00</u>	
Destino: <u>Sapiranga/RS</u>	
Transporte utilizado: <u>Ambulância SEL6B88</u>	Quantidade de Diárias: <u>1,5</u>
Finalidade: <u>Transporte de paciente para Acolhimento</u>	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: <u>TRANSPORTE DE PACIENTES.</u>	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR 15 / 07 / 2025.

Pricila M. M. Bertagnolli
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

Carla
Autoridade Responsável

Cod450591

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº <u>400</u>	
Nome: <u>Claudio Alberto Fisking</u>	CPF: <u>089 959 729-92</u>
Cargo ou função: <u>Motorista</u>	Matrícula: <u>1602</u>
Órgão de Lotação: <u>Assistência Social</u>	
Conta Bancária: <u>4692 000586771612-7</u>	
Acompanhantes: <u>A.C.S.P; Y.C.S; E.C.A;</u>	

DADOS DA VIAGEM	
Data: saída dia <u>16/07/25</u> às <u>06:00 hs</u> e retorno dia <u>16/07/25</u> às <u>18:00 hs</u>	
Destino: <u>Erundina Westphalen/RS</u>	
Transporte utilizado: <u>SPIM 6629C 95</u>	Quantidade de Diárias: <u>0,5</u>
Finalidade: <u>Acompanhamento de Adolecente</u>	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: <u>TRANSPORTE DE PACIENTES.</u>	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR. 15 / 07 / 2025

Claudio Alberto Fisking
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

Carla
Autoridade Responsável

Cod450593

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 5 / 059

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

Essa
ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº 401	
Nome: CLAUDIR NIGOLINO	CPF: 086911659-28
Cargo ou função: Motorista	Matrícula: 2750
Órgão de Lotação: SECRETARIA DA SAUDE	
Conta bancária: Sicoob AG:3039	
C.C. 212 683-4	
ACOMPANHANTES. CONFORME A FOLHA EM ANEXO	

DADOS DA VIAGEM	
Data: SAIDA DIA 14/07/2025 AS 07:00H RETORNO DIA 14/07/2025 21:00 h	
Destino: GUARAPUAVA- PR	
Transporte utilizado: SPIN SEL6B99	Quantidade de Diárias: 0,5
Finalidade: TRANSPORTE PACIENTE CONSULTA .	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: TRANSPORTE DE PACIENTES.	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR. 36/07/2025.

E o Relatário:

Claudio Nigolino
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

[Assinatura]
Autoridade Responsável

Cod450599

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

Essa
ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº 402	
Nome: CLAUDIR NIGOLINO	CPF: 086911659-28
Cargo ou função: Motorista	Matrícula: 2750
Órgão de Lotação: SECRETARIA DA SAUDE	
Conta bancária: Sicoob AG:3039	
C.C. 212 683-4	
ACOMPANHANTES. CONFORME A FOLHA EM ANEXO	

DADOS DA VIAGEM	
Data: SAIDA DIA 15/07/2025 AS 12:45H RETORNO DIA 15/07/2025 22:00 h	
Destino: toledo- PR	
Transporte utilizado: AMBULÂNCIA	Quantidade de Diárias: 1,0
MERCEDES SEL6B88	
Finalidade: TRANSPORTE PACIENTE ALTA .	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: TRANSPORTE DE PACIENTES.	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR. 36/07/2025.

E o Relatário:

Claudio Nigolino
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

[Assinatura]
Autoridade Responsável

Cod450600

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 6 / 059

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

Essa
ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº <u>403</u>	
Nome: IROSANTO RIO BRANCO	CPF: 005.495.579.38
Cargo ou função: Motorista	Matrícula: 2733
Órgão de Lotação: SECRETARIA DA SAUDE	
CAIXA ECONÔMICA: A. 4692 C.C 000577745665-7	

ACOMPANHANTES. CONFORME A FOLHA EM ANEXO

DADOS DA VIAGEM	
Data: SAÍDA DIA 15/07/2025 AS. 02.00.00h RETORNO DIA 16/07/2025 AS 01.00.00H	
Destino: FOZ DO IGUAÇU-PR	
Transporte utilizado: SPIN SEL6B99	Quantidade de Diárias: <u>1.0</u>
Finalidade: TRANSPORTE PACIENTE CONSULTA.	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: TRANSPORTE DE PACIENTES.	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR. 16/07/2025.

Eu Relato:

Irosanto Rio Branco.
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

Gara
Autoridade Responsável

Cod450601

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº <u>404</u>	
Nome: ICARO JUNIOR MILESKI DOMBROSKI	CPF: 097.838.899-23
Cargo ou função: Motorista	Matrícula: 2585
Órgão de Lotação: SECRETARIA DA SAUDE	
Conta bancária: CAIXA AG:4692 CC:577741344-3	

ACOPANHANTES. CONFORME A FOLHA EM ANEXO

DADOS DA VIAGEM	
Data: saída dia 15/07/2025 as 04:30h e retorno dia 15/07/2025 21:15	
Destino: CASCATEL-PR	
Transporte utilizado: GOL BER 2J65	Quantidade de Diárias: <u>1.0</u>
Finalidade: TRANSPORTE PACIENTE CONSULTA.	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
() TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
() CURSO (x) OUTROS: TRANSPORTE DE PACIENTES.	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR. 16/07/2025.

Eu Relato:

ICARO JUNIOR MILESKI DOMBROSKI
Solicitante

(x) Autorizado () Não autorizado

Gara
Autoridade Responsável

Cod450602

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 7 / 059

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Barracão
Rua São Paulo, 235 - Centro
Tel. (49) 3644-1215 / 3644-1217
www.barracao.pr.gov.br

Essa
ANEXO III
Lei Municipal nº 2.408/2024
SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DADOS DO SOLICITANTE	
Nº	405
Nome: ADILSON PINTO	CPF: 029-484-259-48
Cargo ou função: MOTORISTA	Matrícula: 954
Órgão de Lotação: SECRETARIA DA SAUDE	
Conta bancária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: AG.4692 C.C. 000592204167-0	
ACOMPANHANTES: CONFORME A FOLHA EM ANEXO	

DADOS DA VIAGEM	
Data: SAÍDA DIA 15/07/2025 AS 8:00 horas RETORNO Dia 15/07/2025 as 19:50 horas	
Destino: Guarapuava -Pr	Quantidade de Diárias: 0,5
Transporte utilizado: SPIN TBJ9C13	
Finalidade: TRANSPORTE PACIENTE CONSULTA.	
Órgãos/locais a serem visitados ou do evento:	
☐ () TCE/PR () ASSEMBLEIA LEGISLATIVA () SECRETARIAS ESTADUAIS	
☐ DATA () CURSO (x) OUTROS: TRANSPORTE DE PACIENTES.	

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 2408/2024, que dispõe sobre o regime das diárias. Declaro também e para os devidos fins, a veracidade das informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário no prazo legal.

Informações Complementares:

Barracão/PR.

Eu sou o(a) Adilson Pinto
Solicitante

(X) Autorizado () Não autorizado

Eu fui Guilherme A.
Autoridade Responsável

Cod450603

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

LEI Nº 1.208/2025

SÚMULA: “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Coronel Domingos Soares para o período de 2026 à 2029.”

A Câmara de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** e eu, Prefeita, **SANCIONO** a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, para o período de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 165 da Constituição Federal, observando-se as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas da legislação vigente.

Art. 2º Integrarão a presente Lei, o Anexo I – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO, Anexo II – PROGRAMAS – PLANO DE INVESTIMENTOS/METAS – FÍSICO/FINANCEIRO.

Art. 3º O Plano Plurianual do Município de Coronel Domingos Soares, para o período de 2026 a 2029, será executado nos termos da lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício e do respectivo orçamento anual e compreenderá:

I - As seguintes diretrizes e os objetivos gerais:

a) a valorização do ser humano e a melhoria da qualidade de vida, por meio da inclusão social e implementação de políticas públicas de forma eficiente, eficaz e com efetividade em todas as áreas e setores;

b) a participação da sociedade na administração e gestão pública, com transparência e controle social, por meio de diálogo permanente com servidores e



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

servidoras, cidadãos e cidadãs em fóruns, conselhos e conferências setoriais, sindicatos, associações, entidades e organizações não-governamentais;

c) o desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental planejado, integrado e implementado por meio de políticas públicas estruturantes.

II – As ações estabelecidas no Anexo II – Programas Plano de Investimento – Físico /Financeiro, desta Lei;

III – As projeções das receitas para os exercícios de 2026 a 2029.

Art. 4º As ações dos programas serão correlacionadas aos projetos, atividades e operações especiais incluídos nas leis orçamentárias de cada exercício que compreender o Plano Plurianual.

§ 1º Com base nos projetos, atividades e operações especiais dos orçamentos anuais será realizada a avaliação financeira das ações do PPA, nos termos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º Para proceder à avaliação física das ações do PPA poderão ser utilizados instrumentos de trabalho como relatórios estatísticos, relatórios de execução de obras, entre outros.

§ 3º Para que as ações possam ser correlacionadas com os programas de trabalho da lei orçamentária, o Executivo Municipal poderá mediante prévia autorização legislativa, a:

I - Adequar os valores das ações contidas no Anexo II – Programas Plano de Investimento – Físico / Financeiro, conforme a lei orçamentária anual e as alterações orçamentárias procedidas durante os exercícios de aplicação do plano plurianual;



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

III - incluir e adequar as metas dos indicadores dos programas e as metas das ações, conforme a elaboração e execução dos orçamentos anuais.

Art. 5º A lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício financeiro compreenderá, essencialmente:

I - As prioridades da administração pública municipal;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município;

IV - As diretrizes gerais para a execução dos orçamentos;

V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e serviços com terceiros;

VII - o Anexo de Metas Fiscais;

VIII - o Anexo de Riscos Fiscais;

IX - As Disposições Gerais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Domingos Soares Pr., em 16 de julho de 2025.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA
PREFEITA MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES - PREVISTO X REALIZADO

Página: 1 / 50

Ação			Função	Sub Função	Projeto/Atividade/Op. Especial	Unidade de Medida	Meta Física		Recursos Previsto			Recurso Realizado					
Ano	Local	Produto Esperado					Previsto	Realizado	Vinculado	Livre	Total						
Programa: 0 - Encargos da Dívida																	
Objetivo: 1																	

16 Amortização e Encargos da Dívida e Precatórios

Descrição complementar: Amortização da Dívida, Juros e Encargos de contratos que compõem a Dívida Fundada Interna, que o Município contratar no decorrer do período e pagamento de precatórios.												
2026		Apoio Administrativo	04	123	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	
2027		Apoio Administrativo	04	123	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	2.190.000,00	2.190.000,00	0,00	
2028		Apoio Administrativo	04	123	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	2.398.000,00	2.398.000,00	0,00	
2029		Apoio Administrativo	04	123	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	2.626.000,00	2.626.000,00	0,00	
Total da ação							48,00	0,00	0,00	9.214.000,00	9.214.000,00	0,00
Total do programa							48,00	0,00	0,00	9.214.000,00	9.214.000,00	0,00



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES - PREVISTO X REALIZADO

Página: 2 / 50

Ação			Função	Sub Função	Projeto/Atividade/Op Especial	Unidade de Medida	Meta Física		Recursos Previsto			Recurso Realizado
Ano	Local	Produto Esperado					Previsto	Realizado	Vinculado	Livre	Total	
Programa: 1 - Processo Legislativo												
Objetivo: Legislar sobre assuntos municipais, fiscalizar os atos da administração municipal, visando atender exigências e exercer competências definidas na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município, na Legislação Municipal e no Regimento Interno												

101 Reforma e Ampliação da Sede do Legislativo

Descrição complementar: REFORMA E MELHORIA DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, BEM COMO, AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO, CONSTRUÇÃO DE MURROS COM PORTÕES.												
2026		Outras Produtos	01	31	Outras Unidades e Medidas	1,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	
2027		Outras Produtos	01	31	Outras Unidades e Medidas	1,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	
2028		Outras Produtos	01	31	Outras Unidades e Medidas	1,00	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
2029		Outras Produtos	01	31	Outras Unidades e Medidas	1,00	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00	
Total da ação							4,00	0,00	0,00	480.000,00	480.000,00	0,00

102 Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal

Descrição complementar: Legislar sobre assuntos municipais, fiscalizar os atos da administração municipal, visando atender exigências e exercer competências definidas na Constituição Federal, Estadual, Lei orgânica do município, na legislação municipal e no regimento interno. Realizar sessões legislativas para apreciação de projetos de lei e de resolução, propostas de emendas à lei orgânica, requerimentos ao executivo municipal e as autoridades constituídas, com pedidos de informações e outros assuntos, indicações e recursos, com vistas a atender o interesse público e reivindicações da população; fixar os subsídios dos agentes políticos; gerir as funções administrativas, legislativas, fiscalizadoras e assessoras; dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos a câmara municipal, para atendimento das suas competências e decisões; prestar homenagem e comemorar eventos históricos, realizar audiências públicas e sessões itinerantes; fiscalizar os atos do executivo municipal, constituir comissões especiais, referendar atos do executivo acerca de convênios, contratos, convênios e outras obrigações gravosas assumidas; julgar as contas anuais do executivo, após a emissão do parecer prévio do tribunal de contas do estado; conceder licenças e afastamento ao prefeito, vice prefeito e vereadores; apreciar relatório sobre a execução de planos de governo; atender com a previdência social, servidores da câmara municipal e satisfazer a legislação relativa aos servidores públicos municipais; adquirir mobiliário, ornamentações, equipamentos de informática, softwares para informática e sua manutenção; implantação de novas ferramentas de divulgação via internet; aquisição de materiais de consumo e prestação de serviços para manutenção da câmara municipal; aquisição de veículos; aquisição de livros, assinaturas de periódicos, assinaturas de jornais, impressão de jornais com atos oficiais da câmara municipal; ajardinamento, manutenção e conservação da câmara municipal; realizar concursos públicos; efetuar o pagamento de mensalidades e anuidades a entidades associativas; atender despesas de salários, encargos patronais, do legislativo municipal, diárias, passagens, despesas de locomoção, aquisição de equipamentos, material de expediente, gráfico e afins;												
2026		Apoio Administrativo	01	31	Outras Unidades e Medidas	12,00	0,00	0,00	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	
2027		Apoio Administrativo	01	31	Outras Unidades e Medidas	12,00	0,00	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	
2028		Apoio Administrativo	01	31	Outras Unidades e Medidas	12,00	0,00	0,00	2.300.000,00	2.300.000,00	0,00	



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES - PREVISTO X REALIZADO

Página: 3 / 50

Ação			Função	Sub Função	Projeto/Atividade/Op. Especial	Unidade de Medida	Meta Física		Recursos Previsto			Recurso Realizado
Ano	Local	Produto Esperado					Previsto	Realizado	Vinculado	Livre	Total	
Programa: 2 - Gestão Para o Futuro												
Objetivo: Dar condições e segurança nas decisões administrativas com celeridade, transparência e divulgação dos atos prestando serviço público com eficiência.												

2 Atividades de Assessoria do Gabinete

Descrição complementar: Executar os procedimentos protocolares dos documentos em geral endereçados ao chefe do executivo e gabinete; assessoramento na organização de eventos e atividades públicas correlatas às ações do chefe do executivo; supervisionar e assessorar as atividades de todos os departamentos da administração pública; prezar pelo entrosamento dentro dos órgãos públicos; atender despesas de vencimentos de pessoal, encargos patronais, auxílio alimentação, direitos e deveres dos servidores, diárias, passagens, despesas de locomoção, equipamentos, material de expediente, materiais gráficos, materiais de processamento de dados e afins.												
2026		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	196.000,00	196.000,00	0,00	
2027		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	215.000,00	215.000,00	0,00	
2028		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	235.000,00	235.000,00	0,00	
2029		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	258.000,00	258.000,00	0,00	
Total da ação							48,00	0,00	0,00	904.000,00	904.000,00	0,00

3 Atividades do Gabinete do Prefeito

Descrição complementar: PROGRAMAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS; VIABILIZAR PROJETOS E PROGRAMAS VISANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO E O INTERESSE PÚBLICO E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO; MANter AS DESPESAS REFERENTES AO GABINETE DO PREFEITO PARA OFERTAR ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS MUNICÍPIOS. ATENDER DESPESAS DE VENCIMENTOS DE PESSOAL, ENCARGOS PATRONAIS, DIREITOS DOS SERVIDORES, DIÁRIAS, PASSAGENS, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE, EQUIPAMENTOS, MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAIS GRÁFICOS, MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E AFINS.												
2026		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	792.000,00	792.000,00	0,00	
2027		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	867.000,00	867.000,00	0,00	
2028		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	949.000,00	949.000,00	0,00	
2029		Apoio Administrativo	04	122	Não Mensurável	12,00	0,00	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00	0,00	
Total da ação							48,00	0,00	0,00	3.647.000,00	3.647.000,00	0,00

4 Atividades de Assessoria de Planejamento

Descrição complementar: Desenvolvimento de atividades em conjunto com as demais unidades da administração objetivando a execução do programa de governo, através de projetos de captação de recursos nos diversos segmentos disponíveis. Coordenar a implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado do município e leis pertinentes; coordenar a elaboração dos planos, programas e metas relativos ao planejamento institucional do município; assegurar a participação popular na elaboração dos instrumentos de planejamento: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual; coordenar e elaborar o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento do município de Coronel Domingos Soares; acompanhar e controlar a execução do orçamento-programa do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias do município; elaborar a documentação para realização de operações de crédito; implementar o orçamento participativo através da realização das audiências públicas; alimentar o movimento planejado no sistema sim.												
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

[illegible][illegible]

[illegible][illegible][illegible]

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible]



Município de Coronel Domingos Soares - PPA 2026 / 2029
Programas - Plano de Investimentos - Físico / Financeiro

Página: 39

Escopo: Plano Plurianual

Município de Coronel Domingos Soares	Reserva de Contingência	Análise	Outras Unidades / Medicões	210.000,00	240.000,00	201.000,00	288.000,00	1.510.000,00
0000	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência		12.000	12.000	12.000	12.000	12.000
Descrição complementar: Reserva de Contingência, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais previstos na legislação vigente.								
Nota explicativa:								
Produto separado: Outros Produtos								
RECURSA DE CONTINGENCIA								
RECURSA DE CONTINGENCIA								

Função:

Sistema:

Total Gerk:	120.000.000,00	132.520.342,97	145.169.230,60	159.037.992,74	556.727.576,31
-------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

LEI Nº 1.209/2025

SÚMULA: “*Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Coronel Domingos Soares para o exercício de 2026 e dá outras providências.*”

A Câmara de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** e eu, Prefeita, **SANCIONO** a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º, da Lei Complementar nº. 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e da Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, as diretrizes orçamentárias, relativas ao exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - As orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;

III - As disposições sobre a política de pessoal, encargos sociais e serviços extraordinários;

IV - As disposições sobre a receita e alterações na Legislação Tributária do Município;

V - Equilíbrio entre receitas e despesas;

VI - Critérios e formas de limitação de empenho;

VII - Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

VIII - Autorização para o município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

IX - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

X - Definição de critérios para início de novos projetos;

XI - Definição das despesas consideradas irrelevantes;

XII - Incentivo a participação popular;

XIII - Da seguridade social;

XIV - As disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2026;

II - Anexo de Metas Fiscais, composto de:

a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) Metas Anuais;

c) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

d) Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

e) Evolução do Patrimônio Líquido;

f) Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

g) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

h) Margens de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

i) Demonstrativo dos Projetos em Andamento na data de envio do Projeto de Lei da LDO.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

SEÇÃO I

**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 estão especificadas no Anexo I, integrante desta Lei e estão contidas no Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029, todavia não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º O projeto de lei orçamentária para 2026 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 ao Poder Legislativo.

§ 3º Ficam ajustados os valores dos projetos e atividades do Plano Plurianual 2026–2029, de acordo com o Anexo I integrante desta Lei, em conformidade com as metas fiscais da estimativa da receita para o exercício de 2026.

SEÇÃO II

**ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL SUBSEÇÃO I****DAS DIRETRIZES GERAIS**



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Art. 3º Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

§ 1º O Orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

§ 2º As programações dos Fundos serão abertas como atividades ou unidades orçamentárias no órgão que estiverem subordinadas.

§ 3º Será permitida a elaboração do orçamento, em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido, no momento da remessa da proposta orçamentária.

§ 4º O projeto de lei orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - Texto da lei;

II - Da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

III - Da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

IV - Do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

V - Outros anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 4º Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

I - O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal/88.

II - O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº. 29/2000 e no inciso III, do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.

Art. 5º Os recursos ordinários do Tesouro Municipal, somente serão programados para a realização de despesas de capital depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 6º São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 7º Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 8º A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 9º As emendas apresentadas pelo Legislativo, que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei, relativos a Créditos Adicionais, a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Assessoria de Planejamento, até 10 de abril do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de abril de 2025 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, e detalhamento especificando:

I - Número e data do ajuizamento da ação originária;

II - Número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - Enquadramento (alimentar ou não-alimentar);

V - Data da autuação do precatório;

VI - Nome do beneficiário;

VII - valor do precatório a ser pago;

VIII - data do trânsito em julgado; e

IX - Vara ou comarca de origem.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º, do art. 100, da Constituição Federal/88 e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2026, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

§ 3º Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no decorrer do exercício de 2026.

Art. 12. A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2026 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 30 de julho de 2025.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

§ 1º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º, do art. 153, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal/88, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

Art. 13. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2026 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 31 de agosto de 2025.

Parágrafo único. A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 14. Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2026 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2024 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida ao Legislativo Municipal.

Parágrafo Único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

SUBSEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 15. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 16. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente.

SUBSEÇÃO III

DA DEFINIÇÃO DE MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 17. O orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a reserva de contingência de até meio por cento do total da receita corrente líquida nos termos do art. 5º, III da LRF.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme o disposto na Portaria MPO 42/99, art. 5º e Portaria STN 163/01, art. 8º.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

§ 2º Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados a programas de assistência social, saúde e educação, pessoal e encargos e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

SEÇÃO III

DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 18. Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% da RCL (art. 71 da LRF).

II - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25, desde que obedecidos os limites prudenciais de 5,70% da RCL (art. 71 da LRF).

III - O orçamento do Legislativo Municipal, deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25 (art. 2º, § 1º), sendo que a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores).

Art. 19. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

§ 1º Os poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos, a folha de pagamento do mês de junho de 2024 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observando o contido no art. 37, II da Constituição Federal.

§ 2º A criação de cargos, empregos e funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto no art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 3º Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder o dissídio coletivo no exercício de 2026, sendo que o índice a ser utilizado como base será o INPC acumulado dos 12 (doze) meses do exercício anterior.

§ 4º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2026.

Art. 20. Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo único. Se a despesa total com Pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da LC nº. 101/2000 serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 21. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 22. Na Lei Orçamentária Anual, será destinado no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

Art. 23. As despesas com pessoal do Poder Executivo executadas nos últimos três anos, o provável do exercício corrente e o previsto para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente líquida, nos termos do art. 38 ADCT e o disposto na LC 101/00, deverão constar no PPA - Plano Plurianual, período compreendido entre 2026 a 2029.

SUBSEÇÃO II

DA PREVISÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS

Art. 24 No exercício financeiro de 2026, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

exclusiva competência dos Ordenadores de Despesa e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 25. A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes na LC 101/00, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - Fornecida pelos órgãos competentes, quanto às transferências legais da União e do Estado;

II - Projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas e serão acompanhados do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes.

§ 1º Não será admitida re-estimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

Art. 26. O Projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo único. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art. 14, § 2º, LRF).

Art. 27. O Executivo Municipal, no decorrer do exercício seguinte, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:

I - Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;

II - À concessão e ou redução de isenções fiscais;

III - à revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa municipal.

SEÇÃO V**DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS**

Art. 28. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 29. Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo único. O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 30. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - Para elevação das receitas:

a) atualização e/ou informatização do cadastro imobiliário;



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

b) chamamento geral dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, inclusive através de Refis, consoante previsões do Código Tributário Municipal.

II - Para redução das despesas:

a) implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 31. Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32. Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2026 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período 2026-2029, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO VI

**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

*Leis Municipais***DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

Art. 33. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2026, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

Art. 34. Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 35. Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

SEÇÃO VII**DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Art. 36. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições e que sejam realizadas através de Termos de Colaboração:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal mediante autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

II - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar todos os documentos constantes na Resolução nº 28/2011 e da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como os Decretos Municipais 42 e 43/2017.

Art. 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - Voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

II - Voltadas para o ensino especial e de atendimento direto e gratuito ao público, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III - entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e ao esporte.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de auxílios, a entidade privada deverá apresentar todos os documentos constantes na Resolução nº 28/2011 e da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como os Decretos Municipais 42 e 43/2017.

Art. 38. A concessão de auxílio para pessoa física obedecerá preferencialmente aos critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral, objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados, observada a Lei Municipal de Benefícios Eventuais.

§ 1º Serão consideradas como carentes, pessoas, cuja renda “per capita”, não ultrapasse na média a 1/2 (meio) salário-mínimo nacional por indivíduo que compõe a família.

§ 2º Independentemente de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública, assim declarada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 39. São excluídas das limitações de que tratam os artigos 37 e 38 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá aos critérios definidos na legislação municipal específica de regência e nos consequentes processos licitatórios.

SEÇÃO VIII

DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 40. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concorrente a segurança pública, assistência judiciária, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

SEÇÃO IX

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Art. 41. Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterá, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

SEÇÃO X

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 42. Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º A receita total do município será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação de jovens e adultos e à saúde;

II - Garantia de recursos para oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal/88;

III - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

IV - Pagamento de juros, amortização e encargos da dívida;

V - Pagamento de sentenças judiciais;

VI - Contrapartida de convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais, e das operações de crédito;



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

VII - reserva de contingência no valor de até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender os passivos contingentes, conforme previsto no inciso III, do art. 5º da LC nº 101/2000 - LRF.

§ 2º Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas, poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

§ 3º As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para sua continuidade e/ou conclusão.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total (art. 45 da LRF).

§ 5º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 10 de abril de 2024, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 43. A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 44. A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município terá preferência sobre novos projetos.

SEÇÃO XI

DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 45. Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93 e os arts. 18 e 72 da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II - Entende-se como despesas menos relevantes ou de pequena monta, aquelas cujos valores não ultrapassem, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93 e dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

SEÇÃO XII

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 46. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 47. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - Elaboração da proposta orçamentária de 2026, mediante regular processo de consulta e acompanhamento junto a Câmara de Vereadores das votações do referido Projeto;

II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Art. 48. No decorrer do exercício o Executivo fará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 49. O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo aos preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

SEÇÃO XIII



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

DO REGIME DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS E DOS PROJETOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 50. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, aos créditos adicionais suplementares e especiais assim como o regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual observarão o disposto nos artigos 158 e 158-A da Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. A lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2026, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 52. O controle de custos da execução do orçamento será efetuado em nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 53. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, a aperfeiçoar alterações na Lei Orçamentária do exercício de 2026, nas seguintes disposições:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada para cada poder, nos termos da legislação vigente;

II - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite do excesso de arrecadação, desde que acompanhados do cálculo do provável excesso e o mesmo acusar tal tendência;

a) a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, § único e 50, I da LRF e não será considerada para fins do limite citado no inciso I.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

b) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, de um Órgão/Unidade Orçamentária para outro, de um Programa de Governo para outro, de uma Categoria Econômica para outra, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Resolução do Presidente do Legislativo no âmbito do Poder Legislativo até o limite do inciso I deste artigo, para cada Poder ou Entidade da Administração Indireta (art. 167, VI da Constituição Federal).".

b.1) Transposição - entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos;

b.2) Remanejamento - entende-se por remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa;

b.3) Transferência - entende-se por transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos;

III - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes na Lei Orçamentária para 2026 até o limite de um por cento do total da despesa fixada para cada poder.

Art. 54 O limite autorizado no inciso I do art. 53 desta Lei não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - Insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo Grupo de natureza da Despesa;

II - Pagamentos de despesas decorrentes de precatórios judiciais;

III - despesas financiadas com operações de crédito.

IV - O superávit financeiro apresentado no exercício anterior podendo o mesmo ser suplementado por Decreto.



**Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares**
Estado do Paraná
CNPJ 01.614.415/0001-18

Nº Página

Leis Municipais

Parágrafo único. A contratação de operação de crédito dependerá de autorização legislativa específica e deve atender as disposições de Resoluções do Senado Federal que dispõem sobre a matéria.

Art. 55. O permissivo previsto no artigo 53 desta Lei será aperfeiçoado no âmbito do Poder Legislativo Municipal mediante Resolução e no âmbito do Poder Executivo Municipal através de Decreto, servindo como recursos para tais suplementações o cancelamento de dotações do orçamento de cada um destes poderes.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente.

Art. 57. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integram esta lei os seguintes Anexos:

§ 1º Anexo - Metas Fiscais,

§ 2º Anexo - Riscos Fiscais a que se refere o art. 4º, § 3º da LRF;

§ 3º Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 58. A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência à limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 59. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025 Ano XIV – Edição Nº 3404 Página 46 / 059

3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, representado neste ato pela Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Rua Lauro Eschemback, nº 21, de CPF nº 396.207.199-72 e RG nº 1445025-4 (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, e ASA COMERCIO E DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede a QNM 03 CONJUNTO A LOTE , 18 VIA LESTE–CEP: 72215031–BAIRRO: CEILANDIA, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob nº 34.910.336/0001-03 neste ato devidamente representada por SALIONARA DE NAZARE ALVES DE FREITAS de CPF 041.329.101-48, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Das alterações

Considerando a necessidade do serviço público, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93 aliado ao contido em Contrato, houve por bem entre as partes aditar referido termo em seus prazos de execução, constante da Cláusula terceira em adicionais de 12 (doze) meses no que diz respeito ao objeto contratual, finalizando a execução em 21/07/2026 e 5,180430%, entre julho de 2024 e junho de 2025, compondo doravante o seguinte importe unitário:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Reajuste unitário	Preço unitário reajustado
01	07	LASER JET PRO MFP M130 NW/CM-CF217A	UN	R\$ 3,76	R\$ 76,39
01	08	SAMSUNG M2070W/CM-D111 (M2020)	UN	R\$ 3,71	R\$ 75,27

O presente termo importara em um valor total de 292,73 (Duzentos e Noventa e Dois Reais e Setenta e Três Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Conhecimento do Termo Aditivo

Ao firmar este instrumento declaram as PARTES terem plena ciência de seu conteúdo, sendo que as alterações passam a vigorar a partir da data de assinatura deste termo, permanecendo as demais cláusulas dos Contratos em tela inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Foro Competente

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Coronel Domingos Soares–PR., 15/07/2025.

Município de Coronel Domingos Soares

Contratante

Contratado

Cod450595

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão 22/2025

1. A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão nº 22/2025 referente à:

- Contratação de empresa especializada em borracharia. Os serviços compreendem: conserto de pneus, montagem e desmontagem de pneus, colocação de tip top, troca de válvulas, para atender os Departamentos da Municipalidade.

Vencedor(es):

BORRACHARIA E AUTO CENTER MAO NA RODA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	Colocação de tip-top do tipo VD05 de pneus de veículos do tipo caminhões	Serviço	UN	200,00	64,40	12.880,00
2	2	Colocação de tip-top do tipo VD05 de pneus de veículos do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	200,00	65,70	13.140,00
2	3	Colocação de tip-top do tipo VD06 de pneus de veículos do tipo caminhões	Serviço	UN	200,00	69,00	13.800,00
2	4	Colocação de tip-top do tipo VD06 de pneus de veículos do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	200,00	68,30	13.660,00
2	5	Colocação de tip-top do tipo VD07 de pneus de veículos do tipo caminhões	Serviço	UN	200,00	74,20	14.840,00
2	6	Colocação de tip-top do tipo VD07 de pneus de veículos do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	200,00	74,20	14.840,00
2	7	Consertos de pneus de veículos do tipo caminhões	Serviço	UN	200,00	81,70	16.340,00
2	8	Consertos/vulcanização de pneus de veículos do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	200,00	74,50	14.900,00
2	9	Montagem de pneus do tipo caminhões	Serviço	UN	200,00	62,80	12.560,00

2	10	Montagem de pneus do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	200,00	64,80	12.960,00
2	11	Troca de válvulas de pneus de veículos do tipo caminhões	Serviço	UN	150,00	95,70	14.355,00
2	12	Troca de válvulas de pneus de veículos do tipo micro-ônibus e ônibus	Serviço	UN	150,00	96,50	14.475,00
3	1	Colocação de tip-top do tipo VD08 de pneus de máquinas rodoviárias, pesadas e tratores	Serviço	UN	200,00	151,00	30.200,00
3	2	Colocação de tip-top do tipo VD09 de pneus de máquinas rodoviárias e tratores	Serviço	UN	200,00	158,00	31.600,00
3	3	Colocação de tip-top do tipo VD10 de pneus de máquinas rodoviárias e tratores	Serviço	UN	200,00	170,00	34.000,00
3	4	Conserto de pneus de maquinas rodoviárias e tratores	Serviço	UN	200,00	190,00	38.000,00
3	5	KM rodado para serviço de BORRACHARIA MÓVEL, 24 HORAS	Serviço	KM	5.000,00	4,50	22.500,00
3	6	Montagem de pneus de máquinas rodoviárias e tratores	Serviço	UN	200,00	155,00	31.000,00
3	7	Troca de válvulas de pneus de máquinas rodoviárias e tratores	Serviço	UN	100,00	155,00	15.500,00
3	8	Vulcanização de pneus de máquinas rodoviárias e tratores	Serviço	SERV	100,00	823,00	82.300,00

TOTAL							453.850,00
KARINA FRAGOSO BUENO							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Colocação de tip-top do tipo VD01 de pneus de veículos leves do tipo de passeio, camionetes, vans e ambulâncias.	Serviço	UN	200,00	17,90	3.580,00
1	2	Colocação de tip-top do tipo VD02 de pneus de veículos leves do tipo de passeio, camionetes, vans e ambulâncias	Serviço	UN	200,00	23,00	4.600,00
1	3	Colocação de tip-top do tipo VD03 de pneus de veículos leves do tipo de passeio, camionetes, vans e ambulâncias	Serviço	UN	150,00	26,00	3.900,00
1	4	Colocação de tip-top tipo VD04 em pneus de veículos leves	Serviço	UN	150,00	29,20	4.380,00
1	5	Consertos de pneus de veículos leves do tipo de passeio e vans	Serviço	UN	300,00	30,20	9.060,00
1	6	Consertos de pneus de veículos médios do tipo camionetes, ambulâncias e vans	Serviço	UN	200,00	36,30	7.260,00
1	7	Desmontagem e montagem de pneus de veículos leves	Serviço	UN	200,00	22,80	4.560,00
1	8	Montagem de pneus de veículos médios	Serviço	UN	250,00	27,70	6.925,00
1	9	Troca de válvula para veículos leves	Serviço	UN	100,00	24,30	2.430,00
1	10	Troca de válvula para veículos médios	Serviço	UN	100,00	32,05	3.205,00
TOTAL							49.900,00

2. Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 22/2025 datada de 15/07/2025, a execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Centro Administrativo Adão Reis, em 15/07/2025.

Maria Antonieta de Araújo Almeida

Prefeita Municipal

Cod450597

TERMO ADITIVO 3 - CONTRATO 91/2022-PMCDs

Objeto: Aquisição de Cadeiras e Mesas Plásticas.

Pelo presente instrumento particular o MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, representado neste ato pela Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Rua Lauro Eschemback, nº 21, de CPF nº 396.207.199-72 e RG nº 1445025-4 (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, e CAPERPASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a RODOVIA RÉGIS BITTENCOURT , 3204–CEP: 83430000–BAIRRO: RECANTO VERDE, Campina Grande do Sul/PR, inscrita no CNPJ sob nº 05.211.777/0001-19 neste ato devidamente representada por VANESSA PUPO ZANELLO de CPF 052.843.299-02, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Das alterações

Considerando a necessidade do serviço público, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93 aliado ao contido em Contrato, houve por bem entre as partes aditar referido termo em seus prazos de execução, constante da Cláusula terceira em adicionais de 02 (dois) meses no que diz respeito ao objeto contratual, finalizando a execução em 19/09/2025 e vigência em 19/09/2025.

Adita-se também a Clausula Quarta, com base nos índices do INPC acumulados no período imediatamente anterior, correspondendo ao índice percentual acumulado de 5,180430%, entre julho de 2024 e junho de 2025, compondo doravante o seguinte importe unitário:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Reajuste unitário	Preço unitário reajustado
01	01	Cadeira de plástico com apoio, fabricada em polipropileno, de alta qualidade, para ambiente externo e interno, com 04 pés, suporta até 180 kg, com preta	UN	R\$ 2,66	R\$ 53,93
01	02	Mesa de plástico, fabricada em polipropileno, de alta qualidade, par ambiente externo e interno, cor preta.	UN	R\$ 4,37	R\$ 88,75

O presente termo importara em um valor total de 1.207,45 (Um Mil, Duzentos e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Conhecimento do Termo Aditivo

Ao firmar este instrumento declaram as PARTES terem plena ciência de seu conteúdo, sendo que as alterações passam a vigorar a partir da data de assinatura deste termo, permanecendo as demais cláusulas dos Contratos em tela inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Foro Competente

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Coronel Domingos Soares–PR., 15/07/2025.

Município de Coronel Domingos Soares

Contratante

Contratado

Cod450598

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Processo dispensa 8/2025

1. A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Processo dispensa nº 8/2025 referente à:

- Aquisição de caixas de transporte animal.

Vencedor(es):

HERO SOLUCOES E EVENTOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Caixa de transporte animal, material polipropileno, dimensões 50 x 33 x 31 cm, características adicionais: porta frontal, alça superior, aberturas ventilar, aplicação: transporte animais, tipo desmontável.	MEC PET	UN	12,00	129,99	1.559,88
TOTAL							1.559,88

2. Estando em conformidade com a ata de seção de Processo dispensa 8/2025 datada de 16/07/2025, a execução do objeto da presente licitação será de 06 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Centro Administrativo Adão Reis, em 16/07/2025.

Maria Antonieta de Araújo Almeida

Prefeita Municipal

Cod450631

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 068/98 de 04 de setembro de 1998;

Considerando a competência do CMAS para homologar e acompanhar os resultados das conferências municipais, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS;

Considerando que a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 03 de julho de 2025, consolidou propostas e deliberações fundamentais para o fortalecimento da política de assistência social no município;

Considerando a votação online realizada no dia 16 de julho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório Final da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares–PR, autorizando seu encaminhamento aos órgãos

competentes e sua utilização para subsidiar o planejamento das ações da política pública de assistência social no município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares.

Coronel Domingos Soares, 16 de julho de 2025.

SEBASTIÃO OSNI BRASIL

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Cod450634

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Página 51 / 059

Página 1 de 1

PREFEITURA MUNIC. NOVA ESPER. DO SUDESTE-PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRAS DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2025/BIMESTRE MAIO-JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LÍQUIDAS	SALDO NÃO EXECUTADO
	(d)	(e)	(f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	22.128.906,29	2.511.968,89	19.617.337,40
Investimentos	20.748.906,29	1.736.495,12	19.012.411,16
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	1.380.000,00	775.073,76	604.926,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	22.128.906,29	2.511.968,89	19.617.337,40
RESULTADO PARA APLURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II-I)	17.845.596,72	2.189.118,86	15.656.937,86

Página: 1 de 1
15/07/2025 13:29:18

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Real
(a)		(b)	(c)		SALDO
					(d) = (a) - (b) - (c)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		264.525,00		867,90	263.657,10
Receta de alienação de Bens Móveis		-		-	-
Receta de alienação de Bens Imóveis		-		-	174.000,00
Receta de alienação de Bens Intangíveis		-		-	90.000,00
Receta de Resgates de Aplicações Financeiras		525,00		867,90	-342,90

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (lb - (III + Ig))	SALDO ATUAL (k) = (III + III)
VALOR (III)		-607.422,52	-607.422,52

Página: 1 de 1
15/07/2025 13:18:55

RS 1.00	
DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA COM PESSOAL	
	(a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.633.397,81
Pessoal Inativo	19.237.447,81
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.466.484,66
Obrigações Patronais	1.771.363,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	-
Aposentadorias, Reservas e Reformas	-
Pensões	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	395.950,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) § 1º do art. 19 da LRF	677.373,63
Indenizações por Danos e Infortúnios à Domicílio Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	17.985,77
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, Parágrafo referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parêntes (ADCT, art. 58, §2º))	560.963,82
Outras Despesas Constituídas por Lei	99.024,04
DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	18.956.424,18

Página 3 de 3

Página: 1 de 1
15/07/2025 13:27:25

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)

= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	42.646.670,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	18.995.424,18	44,45
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.029.202,24	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	21.877.742,13	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.726.282,02	48,60

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nicotac

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 52 / 059

Página: 1 de 2
15/07/2025 13:19:52

Página: 1 de 1
15/07/2025 13:20:29

PREFEITURA MUNIC. NOVA ESPER. DO SUDOESTE - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2025

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")				R\$ 1.00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.757.610,92	4.304.987,19	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	4.757.610,92	4.304.987,19	-	-
Empréstimos	4.757.610,92	4.304.987,19	-	-
Internos	4.757.610,92	4.304.987,19	-	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratadas	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	15.127.874,19	15.404.921,58	-	-
Disponibilidade de Caixa¹	15.127.874,19	15.404.921,58	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.256.809,04	15.440.909,60	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	128.934,85	28.052,68	-	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	7.935,34	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(10.370.263,27)	(11.099.934,39)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.479.067,24	44.616.818,81	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.003.000,00	1.403.000,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	40.476.067,24	43.213.818,81	-	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (VII)	11,75	9,96	-	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (VIII)	(25,62)	(25,89)	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%	8.904.734,79	9.507.040,14	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <19,80%²	8.014.261,31	8.596.336,13	-	-

Página: 2 de 2
15/07/2025 13:19:52

PREFEITURA MUNIC. NOVA ESPER. DO SUDOESTE - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2025

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000² (Não incluídos na DC PASSIVO ATUARIAL	86.004,14	1.026.380,06	-
RP NÃO-PROCESSADOS	8.605.597,46	4.660.910,87	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".			

PREFEITURA MUNIC. NOVA ESPER. DO SUDOESTE - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2025

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R\$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I+II+III+IV)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	42.479.067,24	44.616.818,81	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	2.003.000,00	1.403.000,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	40.476.067,24	43.213.818,81	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (IX)	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	9.345.394,79	9.815.700,14	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	8.410.855,31	8.834.130,13	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			

Página: 1 de 2
15/07/2025 13:21:04

PREFEITURA MUNIC. NOVA ESPER. DO SUDOESTE - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2025

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")				R\$ 1.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR REALIZADO		
		No Semestre	Até o Semestre	
Mobiliária		-	-	
Interna		-	-	
Externa		-	-	
Contratual		322.450,03	322.450,03	
Interna		322.450,03	322.450,03	
Empréstimos		-	-	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	-	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		-	-	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		-	-	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)		322.450,03	322.450,03	
Externa		-	-	
Empréstimos		-	-	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	-	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		-	-	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		-	-	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)		-	-	
TOTAL (III)		322.450,03	322.450,03	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		44.616.818,81	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)		1.403.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)		43.213.818,81	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (VI - VII)		-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS		6.914.211,01	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%		6.222.789,91	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		3.024.967,32	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Página 53 / 059

Página 3 de 5

Página 1 de 5

<http://www.elsevier.com/locate/jmb>

código ao lado no site. 2100582323

Nota:

Página: 1 de 1
14/03/2024 10:00:00

Prefeitura Munic. Nova Esper. do Sudoeste-PR
 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA
 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Janeiro a Junho 2025/Bimestre Maio-Junho

ANEXO - Anexo 12-0-6-F-13-079-08-01-12-2008-001-22-734-200						R\$ 0,00
IMPACÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DE PPP		SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL			
						R\$ 0,00

TOTAL DE ATIVOS	
Ativos Constituidos pela SPE	
TOTAL DE PASSIVOS	
Obrigações decorrentes de Ativos Constituidos pela SPE	
Procedimentos de PPP	
Outros Recursos	

ESTOS POTENCIALES PROBLEMAS Elecciones corruptas Acceso a los Procesos de Control Judicial Dobles Procesos Contingentes		
--	--	--

[illegible][illegible][illegible]

ON
OBSERVATÓRIO NACIONAL

Para consultar a autenticidade do produto da Amapa, informe:

carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.

om.br/

JAIME DA SILVA STANG, Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Férias Regulamentares aos Servidores Municipal a partir de julho 2025.

Nome	Data Aquis.		Data Inic.		Nr. Dias
Adriana de Souza Baggio	01/06/2023	31/06/2024	14/07/2025	28/07/2025	15
Roseli Migon	01/04/2023	31/03/2024	14/07/2025	23/07/2025	10
Marcia Beatriz Giordani Souza	16/04/2024	15/04/2025	15/07/2025	13/08/2025	30
Alan Lembeck	17/04/2024	16/04/2025	14/07/2025	23/07/2025	10
Ivonara C. H. M. Luchtemberg	15/07/2023	14/07/2024	14/07/2025	28/07/2025	15
Ana Claudia Ascari dos Santos	20/08/2023	19/08/2024	14/04/2025	23/07/2025	10
Suelen dos Anjos	02/04/2023	01/04/2024	14/04/2025	25/07/2025	10
Roseli Palmas de M. K Jungbeck	22/07/2022	21/11/2023	14/07/2025	23/07/2025	10
Rozemeri Tome	18/05/2025	17/02/2025	14/07/2025	28/07/2025	15
Fatima Aparecida Soares de Moraes	01/06/2023	31/05/2024	14/07/2025	23/07/2025	10
Debora Bonetti da Silva matrícula nº.575091	30/12/2022	29/12/2023	14/07/2025	23/07/2025	10
Debora Bonetti da Silva matrícula nº 575092	10/04/2023	09/04/2024	14/07/2025	23/07/2025	10
Adriana Schlickmann Brandt	10/06/2023	09/06/2024	14/07/2025	28/07/2025	15
Mauro Joarez Lemes	23/04/2023	22/04/2024	14/07/2025	02/08/2025	20
Jose dos Santos	24/05/2024	23/05/2025	14/07/2025	28/07/2025	15
Iolanda Beatriz Machado Zanini	03/07/2024	02/07/2025	14/07/2025	28/07/2025	15
Nelio Neckel	01/06/2023	31/05/2024	14/07/2025	23/07/2025	10
Lirio Galdeano	03/02/2024	02/02/2025	10/07/2025	24/07/2025	15
Tania Machado	25/03/2024	24/03/2025	14/07/2025	28/07/2025	15
Nilson Girardi	12/03/2024	11/03/2025	15/07/2025	24/07/2025	10

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 14 de julho de 2025.

JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod450592

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 279/2025 - REFERENTE AO PREGÃO Nº. 30/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 88/2025

DATA DA ASSINATURA: 16 de julho de 2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR, CNPJ: 95.589.289/0001-32
CONTRATADA: LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ: 02.799.882/0001-22
DO OBJETO: Aquisição de 1 (um) aparelho de raio-x, com recursos da Resolução SESA nº 453/2024, para atender as necessidades do Departamento de Saúde do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.
DO VALOR: R\$ 184.900,00 (cento e oitenta e quatro mil e novecentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 15 de julho de 2026.
FORO: Comarca de Salto do Lontra – Paraná.
Nova Esperança do Sudoeste, PR, 16 de julho de 2025
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod450616

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 30/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 108/2025

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL
RATIFICO, nos termos do inciso I do art. 74 da Lei 14.133/21, contendo parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que declarou inexigível a licitação, referente à contratação de empresa autorizada da marca para revisão preventiva e corretiva referente à 20.000 km, da VAN da marca RENAULT modelo MASTER, placa SSO2F27, pertencente ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de acordo com a solicitação do Departamento competente e orçamento em anexo.
CONTRATADA: OPEN VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 04.675.147/0001-32
VALOR TOTAL: R\$ 2.152,21 (dois mil cento e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 60 (sessenta) dias
Nova Esperança do Sudoeste, PR, 16 de julho de 2025
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod450618

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu JAIME DA SILVA STANG, Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, tendo em vista o julgamento realizado pelo Agente de Contratação constante na ata de sessão pública nº 11/2025 do dia 09 de julho de 2025 e o Parecer Jurídico Conclusivo favorável emitido no dia 15 de julho de 2025, RESOLVO: ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº	85/2025
b) Licitação nº	Concorrência nº 05/2025
c) Data Homologação	16 de julho de 2025
d) Objeto da Licitação	Concessão de direito real de uso oneroso, para exploração de atividade de comércio de alimentos, bebidas e locação de horários para práticas esportivas no Ginásio de Esportes Municipal Centro Esportivo Prefeito Norberto Goedert, conforme condições no edital, bem como na Lei Municipal nº 1.203/2025

À empresa:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	CONCESSIONÁRIA	QTD UFM MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	UN	Concessão de direito real de uso oneroso, com encargos, para exploração de atividade de comércio de alimentos bebidas (copa e cozinha), cancha de bocha, quadra esportiva, banheiros, vestiários e demais instalações internas e externas, parque infantil, academia ao ar livre e estacionamento, com área total de 2.400 (dois mil e quatrocentos) m² do Ginásio de Esportes Municipal Centro Esportivo Prefeito Norberto Goedert, localizado na Avenida Guilherme Leandro, Centro, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.	ELIANE STANG DE OLIVEIRA 61.002.261/0001-35	56	9.843,68	118.124,16 (cento e dezoito mil cento e vinte e quatro reais e dezesseis centavos)

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 16 de julho de 2025.
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod450619

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Av. Clevelândia, 521 - Cx P. 111 - (46) 3263-7000 - CEP 85555-000 - Palmas - PR

EXTRATO DO CONTRATO N.º 195/2025

PROCESSO N.º 112/2025 – INEXIGIBILIDADE N.º 60/2025

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 04/07/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.181/0001-08, com sede na Avenida Clevelândia, nº 521, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Senhor Prefeito **Daniel Ricardo Langaro**, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná.

VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - Escritório comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 06.020.318/0001-10, estabelecido à Rua Volkswagen, 291nº 8º andar Jabaquara São Paulo/SP, nº CEP: 04344-901, representada por Adriana Cecconello, e/ou por Douglas Guedes Augusto.

OBJETO: Adesão a ata de Registro de Preços nº 05/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para a aquisição de dois Ônibus Urbanos Escolares.

RECURSOS:

12.361.0020.2023	– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 40%	1102	3.3.90.30
12.361.0020.2032	– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – 10% E 25%	1000 1003 1004	3.3.90.30
12.365.0021.2025	– MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%	1102	3.3.90.30
12.365.0021.2033	– MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – 10% E 25%	1000 1003 110	3.3.90.30

VALOR: R\$845.002,20 (oitocentos e quarenta e cinco mil e dois reais e vinte centavos).

FATURAMENTO: a nota fiscal deverá ser apresentada na sede do **CONTRATANTE** acompanhada de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal/INSS, Trabalhista e de Regularidade do FGTS

APLICAÇÃO DE MULTA: compete à Administração contratante a aplicação de multas.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

FORO: Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

Cod450613

TERMO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 36/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 25/2025

OBJETO: Contratação de serviços de podas e cortes de árvores próximas a rede de energia em vias, praças e espaços públicos a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

O MUNICÍPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições resolve **SUSPENDER** os atos do Processo licitatório nº 36/2025, Pregão Eletrônico nº 25/2025, cujo objeto acima mencionado motivado pela necessidade de reavaliação nas obrigações dos documentos técnicos para fase de habilitação, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração. Palmas, 15/07/2025

Daniel Ricardo Langaro
Prefeito Municipal

Cod450620

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 7.109, DE 16 JULHO DE 2025

Homologa Adicional por Tempo de Serviço.
O Prefeito interino do Município de São João, Estado do Paraná, Paulo Sergio Dal Alba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, do art. 61, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Homologar Adicional por Tempo de Serviço, aos servidores adiante nominados, sendo:

Nome	Matrícula	Cargo	Data Concessão	%
Vera Lucia Pereira	1350881	Enfermeiro Plantonista	Julho/2025	5

Art. 2º Registre-se e publique-se, em 16 de julho de 2025.
PAULO SÉRGIO DAL ALBA–Prefeito Municipal interino

Cod450615

EDITAL Nº 032/2025

PROCESSO DE PROMOÇÃO NA CARREIRA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
O Presidente da Comissão de Promoção na Carreira, designada pela Portaria nº 7.106 de 08 de julho de 2025, torna público a relação de candidatos inscritos para a Promoção na Carreira, nos termos do Edital nº 032/2025, de 08/07/2025, sendo:

INSCRIÇÃO Nº	NOME PROFESSOR
001/2025	Luana Vanessa Kufner
002/2025	Vanderson Da Silva
003/2025	Isabel Cristina Duarte
004/2025	Mariane Gavlik
005/2025	Gilvana Aparecida Brandoli

São João, 16 de julho de 2025.
MARINEZ DE OLIVEIRA RUIZ - Presidente da Comissão

Cod450622

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

DECRETO Nº 311/2025

Data 16/07/2025

Súmula. Convoca os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado, conforme edital 001/2025, para o cargo de operador de máquina para a prova prática.

Paulo Roberto Weissheimer, Prefeito Municipal de Verê, no estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e conforme Edital 001/2025 do Processo Seletivo Simplificado:

DECRETA:

Art. 1º–Ficam convocados os candidatos ao cargo de operador de máquinas do Processo Seletivo Simplificado 001/2025, descritos no edital 003/2025, publicado na data de 16 de julho de 2025, para a prova prática a ser realizada na data de 18 de julho de 2025, às 8h00min, devendo comparecer no horário informado em frente a Prefeitura Municipal de Verê/PR.

Art. 2º–Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Verê, 16 de julho de 2025.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,

Prefeito Municipal.

Cod450630

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025 – PMVERE

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por item.

OBJETO: Aquisição de massa asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio e emulsão asfáltica.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/08/2025; 08:30h (horário de Brasília).

UASG: 987945–PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

LOCAL: www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.ver.pr.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@ver.pr.gov.br ou telefone (46) 3535 8000.

Verê-PR, 15 de julho de 2025.

ELLEN BURILLÉ DE OLIVEIRA

Pregoeiro(a)

Município de Verê–PR

Cod450633

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

Ano XIV – Edição Nº 3404

Página 59 / 059

ARSS

RESOLUÇÃO Nº 60/2025

DATA 17/06/2025

SÚMULA: Estabelece o calendário de feriados e o recesso funcional de final de ano no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), para o exercício de 2025.



A íntegra do documento, encontra-se disponível no endereço eletrônico a seguir: https://consud.org/pagina/2285_Exercicio-2025.html ou acesse pelo QR Code ao lado:

JEAN PIERR CATTO

Presidente

Cod450635